

5

Conclusão

A partir de tudo que foi visto é seguro afirmar que Agostinho possui uma presença marcante na obra de Hannah Arendt. Cabe agora, para fecharmos a reflexão, analisar o papel específico do conceito de natalidade de inspiração agostiniana na construção do pensamento político e historiográfico da autora. Até que ponto a passagem realizada pela autora, de uma reflexão filosófica de viés existencialista para uma reflexão política, foi influenciada pelo conceito de natalidade? Seria a influência de Agostinho, a partir de *As Origens do Totalitarismo*, uma influência mais por oposição do que por inspiração? Teria Hannah Arendt imposto ao pensamento do bispo de Hipona ideias que eram suas, e não dele?

Arendt enxergava em Agostinho um filósofo que foi capaz de “politizar”, de certa forma, o discurso religioso cristão da antiguidade, o que foi possibilitado pelo fato de ser o filósofo um romano. Todavia, o importante aqui é observar como a autora alterou seu tratamento das obras do bispo de Hipona. Em seus anos iniciais de estudo Arendt focou no Agostinho filósofo que falou sobre o amor, posteriormente procurou identificar aspectos políticos em seu pensamento e acabou por desenvolvê-los muito além do que o bispo chegou a fazer. A mudança da autora de uma investigação filosófica para a reflexão política e historiográfica se reflete nos elementos do pensamento agostiniano aos quais a autora dá ênfase antes e depois de sua dissertação.

Hannah Arendt sabia que Agostinho não era propriamente um pensador político e que ele se tornou mais ortodoxo ao longo de sua trajetória, de modo que seus escritos se tornaram ainda mais teológicos e menos filosóficos. Como notou Sarah Spengeman em sua tese de doutorado *Saint Augustine and Hannah Arendt On Love of the World: An Investigation Into Arendt's Reliance on and Refutation of Augustinian Philosophy*, Arendt “criticou o que ela via como uma ausência de mundaneidade e o caráter antipolítico da caridade cristã de Agostinho.”¹ No

¹SPENGEMAN, Sarah Elizabeth. *Saint Augustine and Hannah Arendt On Love of the World: An Investigation Into Arendt's Reliance on and Refutation of Augustinian Philosophy*. 2004. 530p.

entanto, Arendt buscava nele, no início de sua vida intelectual, os elementos filosóficos e, posteriormente, os elementos políticos do pensamento agostiniano, por isso deixou de lado – o que gerou diversas críticas à autora – muito de sua teologia. O que lhe interessa nas obras de Agostinho após a dissertação são as reflexões sobre o agir humano, a liberdade, a pluralidade e principalmente, a importância do início, contidas principalmente em *A Cidade de Deus*. São estes elementos que a autora relacionou ao conceito de natalidade, que passou a ocupar importante papel em suas reflexões, aparecendo em todas as suas principais obras.

Como foi observado a dissertação parece ter influenciado Arendt não só como inspiração, mas também como contraposição. Alguns conceitos que foram trabalhados na dissertação continuarão a ter importância em suas obras futuras, porém com sentidos diferentes. Para chegar a esses novos sentidos Arendt teve de partir da interpretação dada a eles em sua dissertação. Ao perceber que eles não se adequavam à realidade que experimentava Arendt desenvolveu seus novos significados. Esse é o caso do conceito de liberdade e de certa forma do conceito de nascimento, que não chega a ganhar um significado oposto, mas definitivamente diferente, ao ser transformado em natalidade.

No caso do conceito de liberdade, Arendt abandona completamente a discussão como ocorre na dissertação, só retomando-a em sua última obra, *A Vida do Espírito*. Como já foi notado, o conceito de liberdade que Arendt trabalha durante a maior parte de sua obra não decorre do conceito de livre-arbítrio de Agostinho, mas com a concepção de liberdade que aparece apenas em *A Cidade de Deus*, e que está relacionada à ação humana no mundo e não apenas a uma vontade interior.

Todavia, a mudança que mais interessa para esta dissertação diz respeito ao conceito de nascimento. Na época da dissertação ela dá importância ao nascimento devido ao papel atribuído às origens em sua explicação sobre o amor ao próximo. A relação entre o nascimento, a capacidade do homem para iniciar, a liberdade e a novidade é posterior e só foi acrescentada na dissertação durante a revisão. Desta nova relação surgiu o conceito de natalidade. Como nota Adriano Correia no artigo “Natalidade e amor mundi: sobre a relação entre educação e política em Hannah Arendt”:

A natalidade não é idêntica ao nascimento, que consiste na condição inaugural fundamental da natalidade. Enquanto o nascimento é um acontecimento, um evento por meio do qual somos recebidos na Terra em condições em geral adequadas ao nosso crescimento enquanto membros da espécie, a natalidade é uma possibilidade sempre presente de atualizarmos, por meio da ação, a singularidade da qual o nascimento de cada indivíduo é uma promessa; a possibilidade de assumirmos a responsabilidade por termos nascido e de nascermos, assim também, para o mundo; de que sejamos acolhidos no mundo por meio da revelação de quem somos mediante palavras e atos; de que nasçamos sempre de novo e nos afirmemos natais, não mortais; a possibilidade, enfim, de que nos tornemos mundanos, amantes do mundo.²

Arendt conferiu valor especial ao nascimento porque sua maior preocupação após a dissertação havia se tornado de âmbito político: uma crítica à concepção de política que teve origem com Platão, que acaba por privá-la de sua dignidade própria ao relegar a ela um status inferior ao da vida contemplativa, que seria o modo de vida ideal do filósofo.

Seu orientador, Martin Heidegger, se ocupava do projeto de uma ontologia fundamental a partir da renovação da pergunta do Ser. Arendt irá apropriar-se de aspectos da reflexão heideggeriana os transportando e os retraduzindo para um contexto político. A empreitada arendtiana, como lembra André Duarte, acabará por levá-la a criticar a incapacidade de Heidegger para abordar a política em sua dimensão democrática e pluralista. A autora considera que Heidegger, assim como Platão, não dá atenção à pluralidade, à ação e à capacidade humana de começar algo novo cujo resultado é imprevisível.³

A associação entre o caráter inaugural da ação e o nascimento, e a sua importância para o pensamento político de Hannah Arendt ficam claros numa passagem de *A Condição Humana*. Nesta obra a autora fala das três atividades humanas fundamentais que compõem a *vita activa*: labor, trabalho e ação. Para a autora estas três atividades têm relação íntima com as condições mais gerais da existência humana: o nascimento e a morte. Nas palavras de Arendt:

O labor assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. O trabalho e seu produto, o artefato humano, emprestam certa permanência e durabilidade à

² CORREIA, Adriano. "Natalidade e amor mundi: sobre a relação entre educação e política em Hannah Arendt". Educação e Pesquisa. vol.36 no.3 São Paulo Sept./Dec. 2010. Encontrado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000300011 Acessado em 26/02/2015 às 17:00hs.

³ DUARTE, André. *Pensamento à Sombra da Ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.133,134

futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história. O labor e o trabalho, bem como a ação, têm também raízes na natalidade na medida em que sua tarefa é produzir e preservar o mundo para o constante influxo de recém-chegados que vêm a este mundo na qualidade de estranhos, além de prevê-los e leva-los em conta. Não obstante, das três atividades, a ação é a mais intimamente relacionada com a condição humana da natalidade; o novo começo inerente a cada nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. Neste sentido de iniciativa, todas as atividades humanas possuem um elemento de ação e, portanto, de natalidade. Além disto, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade, pode constituir a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico.⁴

Arendt relacionou a natalidade à capacidade do homem de iniciar manifestada pela ação via Agostinho. Para essa relação foi de extrema importância a passagem de *A Cidade de Deus*: “Para que houvesse um começo o homem foi criado, sem que antes dele ninguém o fosse.” (livro XXII, cap. 20) Esta passagem é emblemática pois confere um status especial ao início dos homens no mundo. É o início de um ser que é ele próprio um iniciador. O homem é um iniciador, na interpretação arendtiana, porque age livremente, e porque suas ações representam uma novidade para o mundo. Elas dão início a algo completamente novo, que não existia anteriormente, e cujo fim não pode ser previsto. E esta capacidade do homem é relacionada ao seu nascimento pois ao nascer o homem é ele próprio uma novidade. Através do seu nascimento o homem adentra num mundo pré-existente, como algo completamente novo e capaz de alterar a sucessão de acontecimentos. “Agir é trazer a novidade imprevisível à luz do dia, possibilidade inscrita no fato de que em cada nascimento vem ao mundo alguém como jamais existiu ou existirá”.⁵ O homem ao agir pode realizar o inesperado porque ele é singular, a cada nascimento vem ao mundo algo singularmente novo. Tomando Agostinho como referência a autora afirmou que a capacidade dos homens de instituir novos começos no mundo provém do fato de que eles próprios são um começo.

⁴ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. -10.ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 16 e 17

⁵ DUARTE, André. *Pensamento à Sombra da Ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.112

Devemos também atentar para a ligação realizada pela autora entre a capacidade humana para começar e a liberdade. Quando Arendt estuda o conceito de liberdade em Agostinho podemos perceber uma divisão. Por um lado há a liberdade entendida como *liberum arbitrium* ligada à vontade, apresentada em *Confições*, e por outro a liberdade relacionada à capacidade do homem de iniciar, apresentada em *A Cidade de Deus*. A investigação da liberdade como livre-arbítrio é utilizada pela autora para demonstrar como a liberdade foi retirada de seu âmbito próprio, da política. Segundo ela a liberdade era entendida originalmente no mundo greco-romano como a capacidade de poder agir, se mover, e discursar, entre iguais, dependendo assim de uma esfera pública, e da pluralidade. Ao ser transposta para o âmbito da interioridade, para a esfera privada, ela perde seu caráter político. E é justamente o caráter político da liberdade que interessa à Arendt, pois o que interessa à autora é a capacidade dos homens de iniciarem processos cujos resultados são imprevisíveis, ou seja, a capacidade dos homens de produzirem a novidade.

A liberdade associada à vontade como livre-arbítrio não possui significado político porque não se manifesta publicamente, e para Arendt, a política depende da presença de uma pluralidade de agentes. A liberdade como razão de ser da política deve ser sempre manifestada no espaço público. Além do mais a associação da liberdade com o livre-arbítrio não permite que se perceba a relação entre ser livre e sua capacidade para iniciar algo inteiramente novo com suas ações. O homem, graças à sua capacidade de iniciar algo novo e imprevisível, é comparado por Arendt com um fazedor de milagres⁶. Ele interrompe a sequência dos eventos com sua previsibilidade através de sua iniciativa, introduzindo a novidade na história. A autora considera que se Agostinho tivesse levado suas especulações até suas consequências finais teria definido a liberdade como a capacidade que os homens têm de começar espontaneamente uma nova série no tempo. “A liberdade da espontaneidade é parte inseparável da condição humana. Seu órgão espiritual é a Vontade.”⁷

⁶ Como já foi apontado nesta dissertação, Arendt aborda esse assunto por exemplo em ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo, posfácio de Celso Lafer. -10.ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. P.191 e ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o Futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. – São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. p.218.

⁷ ARENDT, Hannah. *A Vida do Espírito*. Tradução de Antônio Abranches e Helena Martins. - 4.ed.- Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. p.267

O vínculo entre natalidade e liberdade é bem trabalhado por Adriano Correia. De fato, este autor expõe de maneira clara as relações entre natalidade, ação, liberdade, e novidade dentro da reflexão política de Arendt. Ele nos diz:

O início faz surgir algo novo e também imprevisível, que não pode ser deduzido de qualquer evento que o tenha precedido, nem operar na antecipação do futuro. Ele instaura uma ruptura na sequência da previsibilidade cotidiana, assim como na temporalidade que teve seu começo simultâneo ao começo do mundo. [...] Para Hannah Arendt, com efeito, há um vínculo estreito entre natalidade, novidade, espontaneidade, ação e liberdade. Desse modo, a novidade de cada nascimento conserva as infinitas possibilidades que renovam a promessa de perseverança da pluralidade entre os homens.⁸

E fecha seu artigo com a seguinte colocação:

Em suma, nascer é já ser capaz de instaurar novidade no mundo através da ação e, assim, atualizar a liberdade. Os homens, como entes do mundo, são politicamente não seres para a morte, mas permanentes afirmadores da singularidade que o nascimento inaugura.⁹

Hannah Arendt começa a perceber a importância do conceito de nascimento durante a dissertação, e assim caracteriza o ser humano como natal, e não mortal. No entanto, o conceito de natalidade parece só ter sido desenvolvido durante a década de 50, quando a autora passou a se dedicar à reflexão política. Por isso o conceito de natalidade começa a aparecer em suas obras no final dos anos 50 e principalmente na década de 60. Neste momento Hannah Arendt já havia publicado *As Origens do Totalitarismo* e estava escrevendo *A Condição Humana* e revisando a dissertação para publicação nos Estados Unidos. O reencontro com Agostinho após ter passado pelas experiências traumáticas da Segunda Guerra, e alargado seu horizonte de reflexão para tentar compreender a realidade política de sua época, possibilitaram uma leitura diferente da obra do bispo de Hipona. Ocorre aí a verdadeira percepção da importância do conceito de natalidade.

Uma vez que a autora já havia realizado sua passagem para a reflexão política no momento em que se decide a escrever sobre o totalitarismo, o conceito de nascimento não deve ser encarado como um fator que levou à mudança no

⁸CORREIA, Adriano. “O significado político da natalidade: Arendt e Agostinho.” In: CORREIA, A.; NASCIMENTO, M. (Org.). Hannah Arendt: entre o passado e o futuro. -1ed.- Juiz de Fora: Editora UFJF, 2008, v. 1, p. 15-34.

⁹ Ibid

pensamento de Arendt, mas como um conceito que permitiu a elaboração mais profunda de sua reflexão política levando ao desenvolvimento de uma concepção própria, que dá ênfase ao agir e à liberdade humana. Mais do que ajudar a realizar a mudança, o conceito parece ajudar a concretizá-la. A natalidade e sua relação com a capacidade iniciadora do homem permitem à autora enxergar novamente com esperança o reino político após os horrores do totalitarismo.

No entanto é importante notar que o contexto todo em torno do conceito de natalidade já se encontrava na dissertação original. Arendt já havia reconhecido ali a importância dos começos, do nascimento, da origem, do início. Inclusive já havia na dissertação original a ligação entre nascer e agir, demonstrada pelo fato do homem ser capaz de transformar o mundo em sua casa através de sua ação. É seu nascimento que lhe permite imitar Deus e ser um iniciador.

O que não está presente na dissertação original e será desenvolvido posteriormente, durante a década de 50, e incorporado durante a revisão, é a ligação entre início, nascimento e ação, que levou a autora a desenvolver o conceito de natalidade. Na dissertação original a importância dada ao início do homem se relaciona ao papel central das origens, que é a base do amor ao próximo. O início do homem é único, por isso funciona como fator de ligação entre os homens. Na revisão Arendt fornece nova ênfase a esse início do homem ao relacioná-lo com a capacidade humana de gerar novidades, ou seja, ao relacioná-lo ao agir e à própria liberdade humana.

Agostinho foi grande fonte de inspiração para Hannah Arendt, às vezes exercendo uma influência mais direta, e em outras uma influência por oposição. De suas obras a autora retirou conceitos que lhe permitiram ver a política e o mundo de maneira mais esperançosa. A temporalidade agostiniana e seu conceito de *initium*, foram importantes para a caracterização do homem como natal, e a partir daí para o desenvolvimento da concepção de política arendtiana que foca na ação e na liberdade. Contudo, Agostinho nunca foi tão longe, sua preocupação não era tão mundana. A relação entre natalidade, agir, liberdade e novidade foram obra da filósofa, a fim de gerar uma concepção de política que atraísse de volta o interesse dos homens para a rica esfera pública da vida em conjunto.

Seguindo o pensamento de Spengeman, podemos dizer que Arendt utilizou o conceito de início agostiniano, relacionado ao nascimento, para desenvolver uma teoria política que gira em torno do conceito de natalidade, mas que se opõe

ao pensamento do bispo. “Sua teoria política (de Arendt) nos adverte para criarmos sentido no aqui e agora e em estar com os outros no mundo, enquanto Agostinho nos incentiva a olhar não para esse mundo, mas para a eternidade como fonte de sentido na existência humana.”¹⁰

Embora seus pensamentos se aproximem muitas vezes mais por oposição do que por semelhança, Arendt achou em Agostinho, em seu conceito de início ou começo, suporte para desenvolver uma concepção de natalidade frente à uma tradição obcecada pela mortalidade da condição humana. Isso lhe permitiu gestar uma teoria política que foca na liberdade e refletir sobre a pluralidade humana. “Que nós somos criaturas que são geradas – concebidas, gestadas, nascidas – nos lembra, é claro, que a relação e não o isolamento pode ser reivindicada como nossa base existencial”¹¹. Natalidade, início, criação, em contraste com a mortalidade, o fim, foram conceitos férteis tanto para Agostinho quanto para Hannah Arendt. A natalidade permite renovação constante, e não apenas mera repetição. Na originalidade expressada em cada novo ser que adentra o mundo existente através do nascimento, encontramos a novidade, a possibilidade de criação de algo completamente novo através da ação. “Na medida em que os homens nascem eles são novos começos. Na medida em que são novos começos, são capazes de realizar novos começos.”¹² A liberdade, portanto, não é apenas uma teoria sobre as disposições da vontade humana, mas um fato fundamental da existência humana.

¹⁰ SPENGE MAN, Sarah Elizabeth. *Saint Augustine and Hannah Arendt On Love of the World: An Investigation Into Arendt's Reliance on and Refutation of Augustinian Philosophy*. 2004. 530p. Tese (Doutorado em Filosofia). Graduate School of the University of Notre Dame, Indiana. Junho/2004. p.1

¹¹ STEPHAN KAMPOWSKI. *Arendt, Augustine, and the New Beginning: The Action Theory and Moral Thought of Hannah Arendt in the Light of Her Dissertation on St. Augustine*. Eerdmans, 2008, 364pp. Acessado em <https://ndpr.nd.edu/news/24146-arendt-augustine-and-the-new-beginning-the-action-theory-and-moral-thought-of-hannah-arendt-in-the-light-of-her-dissertation-on-st-augustine/> dia 20/03/2015 as 17:00.

¹² Ibid